

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 25/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	HENRIQUE BARSOTTI	28/01/2026 12:37 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		939/2026

1. Aquisição de Insumos Odontológicos

Pedido: Aquisição de Insumos Odontológicos

Solicitante: Secretaria de Saúde

Modalidade: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (12 meses)

Termo de Referência

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de insumos odontológicos para atender a população de Jaguariúna que utiliza o tratamento odontológico. A presente solicitação para aquisição de insumos odontológicos para atendimento de urgências e tratamento dentário tem por objetivo acolher a demanda de pacientes em tratamento odontológico preventivo e curativo nos quais incluem dentística, sedação, cirurgia, laser, endodontia, prótese e demais atendimentos odontológicos de urgência do Município de Jaguariúna.

ITEM	EMBAL.	ITENS	QTDADE	Valor Unitário	Valor Total
01	caixa	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA - Especificações: Anestésico Local Injetável de Uso Odontológicos a Base de Cloridrato de Lidocaína 2% e Epinefrina (1:100.000 36mg + 18µ); Tubete de Vidro Com 1,8 ml cada; Anestésico Embalado em Caixa Com 50 Tubetes cada; Constando Externamente Marca Comercial, Procedência de Fabricação; Recomendações para Armazenamento; Bula Interna; mínima de 12 meses a partir da entrega. - COTA PRINCIPAL.	563	136,60	76.905,80

02	caixa	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA - Especificações: Anestésico Local Injetável de Uso Odontológicos a Base de Cloridrato de Lidocaína 2% e Epinefrina (1:100.000 36mg + 18µ); Tubete de Vidro Com 1,8 ml cada; Anestésico Embalado em Caixa Com 50 Tubetes cada; Constando Externamente Marca Comercial, Procedência de Fabricação; Recomendações para Armazenamento; Bula Interna; mínima de 12 meses a partir da entrega - COTA RESERVADA.	187	136,60	25.544,20
03	caixa	ANESTÉSICO SV Especificações: Anestésico Local Injetável de Uso odontológico; Cloridrato de Mepivacaína 3% Sem Vaso Constritor; Tubetes Com 1,8 ml; Embalados Em Caixa Com 05 Blisters de 10 Tubetes Cada, de Vidro com embolo de Silicone; Constando Externamente Marca Comercial, Procedência de Fabricação; Recomendações para Armazenamento; validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	25	173,60	4.340,00
04	caixa	ANESTÉSICO ARTICAÍNA -Especificações: Anestésico Local Injetável de uso odontológico; Cloridrato de Articaína 40mg, Epinefrina 10mg, Metabisulfito de Sódio, Cloreto de Sódio e Veic. qsp; Articaína Com Epinefrina 1:100.000 Em Tubetes de Cristal Com 1,8ml; Caixa Com 50 Tubetes Distribuídos Em 05 Blisters (cartela) com 10 Unidades Cada; Constando Externamente Marca Comercial, Procedência de Fabricação, Recomendações de Armazenamento, Validade, Bula Interna. Fabricada em conformidade com legislação vigente. Validade Mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	180	193,18	34.772,40
05	pote	ANESTÉSICO TÓPICO Especificações: anestésico tópico gel Benzocaína 200 mg/g; pote com 12 g; sabor tutti-frutti; anestésico tópico; em forma de gel; Benzocaína a 20%.	200	14,66	2.932,00
06	caixa	ANESTÉSICO COM VS - Especificações: Anestésico Com vaso Mepivacaína 2% Anestésico Local Injetável de Uso odontológico; a Base de Mepivacaína 2% Com Epinefrina 1:100000; Em Tubetes de Vidro e Embolo de Borracha Revestido de Silicone Com 1,8ml; Embalado Em Caixa Com 50 Tubetes de Vidro, Em Material Adequado Que Garanta Integridade do Produto; Constando Externamente Marca Comercial e Procedência de Fabricação; Recomendações de Acordo Com o Fabricante; validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	10	237,26	2.372,60
07	Pacote	BABADOR - Babador dental impermeável descartável, Contém: 3 camadas (2 de papel e 1 de plástico), papel com frisos horizontais, tamanho 33 x 48 cm, embalagem com 100 unid, sem adesivo. validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	480	15,80	7.584,00

08	Pacote	COMPRESSA DE GAZE ESTERIL PACOTE COM MÍNIMO 5 UNIDADES CADA = Compressa de Gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 cm pacote com 5 unidades cada ; Fios de Algodão puro e branco ; 13 Fios Por Cm Quadrado ; 5 Dobras,8 Camadas, com formato quadrado; Estéril; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica ; o produto deverá atender a legislação atual vigente.	80.000	0,40	32.000,00
09	Unidade	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES A1 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 A1, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60
10	Tubo	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES A2 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 A2, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60
11	Tubo	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES A3 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 A3, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	80	45,66	3.652,80
12	Unidade	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES A3,5 z100 RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 A3,5, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	80	45,66	3.652,80
13	Tubo	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES B1 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 B1, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60
14	Unidade	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES B2 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 B2, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60

15	Unidade	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES B3 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 B3, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60
16	Tubo	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES C1 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 C1, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60
17	Unidade	RESINA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES C2 z100 - RESTAURADOR PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, ESMALTE, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COR Z100 C2, TUBO COM 4gr VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	60	45,66	2.739,60
18	Tubo	Creme Dental com Flúor Composição Básica: Creme Dental Com Flúor Ativo de no Mínimo 1500 PPM Sabor: Morango, Hortelã, Menta ou Tutti-fruti Tipo: Adulto ou Infantil Capacidade: mínimo de 50 Gramas Aplicação: Higiene Dental.	1.200	2,48	2.976,00
19	Unidade	Escova Dental Infantil COM PROTETOR Material Cerdas: Sintético Material Cabo: Plástico Aplicação: Infantil Características Adicionais: Cantos Arredondados Tipo Cerdas: Macia, Mínimo De 4 Fileiras e 26 Tufos em cada escova. Protetor plástico transparente resistente, compatível com a escova.	18.000	1,07	19.260,00
20	Litro	Soda Clorada – desinfetante e antisséptico hipoclorito de sódio à 2,5% frasco de 1 litro – validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega, lote e data de fabricação na embalagem. Acondicionado em embalagem que garanta a integridade do produto.	30	24,12	723,60
21	Unidade	Eucaliptol 10ml – composição antisséptica 100% eucaliptol , (1,8- cineol), extraído de óleo essencial de espécies de eucalipto. Composto líquido, com odor canforáceo, para procedimento endodôntico solvente de guta-percha.	18	6,74	121,32
22	Kit	Cimento Endodôntico Endofill Líquido 10ml e Pó 12g – Composição indicada para cimentação em obturação de canais radiculares. Composição do pó = Óxido de Zinco, Resina Hidrogenada, Subcarbonato de Bismuto, Sulfato de Bário e Borato de Sódio. Composição do Líquido = Eugenol, Óleo de Amêndoas e BHT (Butil-Hidroxitolueno).	30	82,28	2.468,40

VALOR TOTAL R\$				238.483,12	

Itens - Correlatos - 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

Itens - Medicamentos - 01, 02, 03, 04, 05, 06.

2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, bem como previsto no D Municipal nº 4580/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a partir de sua assinatura, forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Nos caso dos anestésicos injetáveis – itens 01, 02, 03, 04 e 06 – e anestésico tópico – item 05 - a empresa vencedora deverá apresentar do fabricante medicamento o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

1.6. O Prazo de vigência da contratação pode ser prorrogado por mais 12 meses a partir do interesse da Administração em comum acordo com a contratada respeitando artigo 84 da Lei 14.133/2021.

1.7. Para esta contratação não foi utilizado catálogo eletrônico de padronização, pois até a presente data, não possui os itens demandados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3. A regulamentação do parcelamento está baseada no Decreto Federal 11.462/2023 Artigo 3º inciso V:

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem atender especificações que constam nos descritivos citados em tópico detalhado inseridos no tópico 1 de termo de referência.

Indicação de marcas ou modelos

4.2.Na presente contratação será aceito apenas modelos que respeitem as especificações citadas em tópico 1 deste termo de referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Qualquer produto/medicamento será aceito desde que atenda as especificações citadas anteriormente em tópico 1 deste termo de referência e juntamente cc descritivo.

Da Exigência de Amostra

4.4. Não serão necessárias amostras para os itens constantes neste termo de referência.

Contratação

4.5. As empresas que participarão do pregão devem obter documento que comprovem habilitação técnica conforme mencionado no item 8.3 deste termo de referência

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcelas	Composição da parcela	Prazo de Entrega
Conforme solicitado pela administração	Entrega total solicitada através de documento oficial “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EMPENHO”	O prazo de entrega dos itens será de 30 dias corridos, contados a partir da data notificação à empresa.

5.1.1 Os objetos desta licitação serão adjudicados ao licitante que, satisfeitas as condições do edital, apresentar o Menor Preço por item.

5.1.2 A execução da entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Assistência Odontológica, através de servidor designado de forma que fique assegurado o perfeito cumprimento da Lei. Essa fiscalização, em nenhuma hipótese, eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, bem como, sobre danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos ou omissões da firma, de funcionários ou preposto.

2. As obrigações da Contratada referente entrega:

1. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução da entrega dos itens solicitados;
2. Executar a entrega dos itens conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
4. Considerar todas as recomendações emanadas do Departamento de Odontologia de Jaguariúna – Centro de Especialidades, para a entrega dos itens;
5. Não transferir a terceiros nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, nem mesmo parcialmente, exceto nas condições autorizadas pela Administração;
6. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8. Transportar o material em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado;
9. Solicitar, se necessário, ao Departamento de Odontologia de Jaguariúna dados adicionais para a entrega dos itens;
10. A partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Ofício, juntamente com o Empenho, a empresa vencedora deverá entregar o item registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, no Departamento de Odontologia, localizado: Endereço: Rua Alfredo Bueno, 1209 Centro - Jaguariúna/SP. Horário: das 07:00 às 15:00 horas. Telefone e whatsapp: (19) 3199-7539 (Dra. Milena) Observação: necessário mediante prévio contato.
11. Em caso de entrega por frete, correio ou derivados, a empresa se responsabilizará pelos custos de logística e se caso necessário custos de devoluções; não sendo o departamento de odontologia obrigado a aceitar as mercadorias que não estiverem de acordo com o descritivo. Também não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 12 meses; ou no prazo de validade, mas que se encontrarem em más condições;
12. A cada entrega do item registrado a Contratada emitirá Nota Fiscal eletrônica (NF-e), a qual será atestada e rubricada pela Secretaria de Saúde. A mesma deverá ser encaminhada aos seguintes endereços eletrônicos: saude.odonto@jaguariuna.sp.gov.br – a/c Dra. Milena (coordenadora)Cópia: confisico@jaguariuna.sp.gov.br
13. Na nota fiscal eletrônica (NF-e), quando da entrega dos itens solicitados, deverá conter obrigatoriamente: descrição do item, **modelo, marca, lote, validade**, incluindo ainda número do pregão, número da ata de registro de preços, número do ofício e número do empenho. Também deverá ser indicado na nota fiscal número da Agência e o número da conta corrente bancária, na qual serão efetivados os pagamentos.

6. Modelo de gestão do contrato

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
 1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
 2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
 3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
 4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
 5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
 1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de **posterior verificação** de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência tópico 5 e na proposta.
2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 1. a data da emissão;
 2. os dados do contrato e do órgão contratante;
 3. o período respectivo de execução do contrato;
 4. lote, validade;
 5. o valor a pagar; e

6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

15. O pagamento será efetuado no prazo até 30 (trinta) dias contados das tramitações administrativa do documento fiscal.

Forma de pagamento

16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que o contratado não se trata de optante pelo tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. **Critérios de seleção do fornecedor. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através de ATA DE REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO/por item.

Forma de fornecimento

2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme informado no tópico nº 5 deste termo de referência.

Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#);
11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);
12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Habilitação Técnica:

8.22. As empresas que participarão do pregão devem apresentar documento que comprovem habilitação técnica para o fornecimento de insumos tais como:

- Licença de funcionamento ou alvará sanitário;
- Autorização de Funcionamento.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 238.483,12

1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 238.483,12 (Duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 513/2026 - 02.14.01.10.301.2034.2065.3.3.90.30.00;

Projeto Atividade: Manutenção da Atenção Primária e da Gestão;

Elemento: Material de Consumo;

Fonte de Recurso: 5 – Transferências e Convênios Federais - Vinculados;

Código Aplicação: 301.0000 - Atenção Básica.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Dra. Maria da Conceição de Oliveira Camilo – Secretária Municipal de Saúde / Gestora de Contrato

Dra. Sandra Bolzani Pereira – Dentista / Fiscal Técnica

Leandro Donizete Ferreira – Enfermeiro / Fiscal Administrativo

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA CAMILO

Secretária Municipal de Saúde